

## CAPÍTULO I

# CIDADE E CIVILIDADE

Um dos pressupostos dos estudos sociológicos acerca da cidade moderna é a emergência da população como fenômeno identificável e a sua relação com o espaço. Nesses estudos, a população é um fenômeno que emerge a partir de uma série de transformações que conduziram ao deslocamento de um enorme contingente humano em direção às cidades. Estas transformações, que foram identificadas em diversas partes do mundo em momentos distintos, teriam feito com que no ambiente urbano uma grande concentração de pessoas se aglomerassem, a chamada população urbana. Trata-se da urbanização das grandes metrópoles, que se formam a partir do processo de industrialização, mesmo que esses dois processos tenham relativa autonomia. O diagnóstico comum a esses estudos então nascentes é que esse processo que conduz à grande densidade populacional está relacionado a uma série de “problemas urbanos”: as epidemias, as habitações insalubres e impróprias, os diversos tipos de crime, as rebeliões, a instabilidade do trabalho e a vagabundagem. A emergência da população e os saberes mobilizados para a compreensão desses fenômenos em suas relações com um projeto urbano constituem a cifra pela qual pretendo conduzir este modesto percurso entre alguns autores.

Segundo Christian Topalov, poderíamos distinguir mais ou menos claramente dois momentos dos estudos da cidade moderna.<sup>20</sup> Em primeiro lugar o momento dos estudos conduzidos pelos reformadores sociais, os chamados “saberes parciais” sobre a sociedade urbana, no qual se encontra a estatística sanitária, a epidemiologia, a criminologia ambientalista, as primeiras observações sistemáticas de habitações populares. Esses estudos percebiam a população urbana como uma massa pouco diferenciada, localizada em espaços urbanos precisos onde se concentravam as epidemias, o crime e a insurreição. É nesse momento, em que as classes populares são pensadas como “perigosas” e contra o risco em potencial

---

20 Topalov (1996).

desses agrupamentos populacionais, que um dispositivo foi erguido em duas frentes: de um lado a repressão ao perigo das rebeliões (a partir da violência de Estado cuja história é bem conhecida), de outro lado os mecanismos de assistência destinados a atuar sobre os indivíduos e suas famílias. Esse primeiro momento Topalov chama de disciplinante-repressivo.

Em segundo lugar, os estudos são conduzidos por outro perfil de pesquisa, que tem origem quase que simultaneamente em diversos lugares do mundo, na França, na Inglaterra e nos EUA. São esses lugares que irão desenvolver uma produção mais sistemática sobre as cidades. As antigas “classes perigosas” passam a ser vistas de maneira mais fracionada, são classificadas segundo categorias particulares e diferenciadas. Encontramos distinções precisas entre, por exemplo, o vagabundo e o desempregado ou os doentes mentais e os delinquentes. Também os saberes passam a se diferenciar de forma que, por exemplo, os problemas relativos às condições de trabalho, de moradia e de saúde serão estudados por profissionais diferentes. A incidência dos dispositivos que atuam nesse universo vai continuar a ser realizada segundo o duplo crivo da assistência e da repressão estatal, mas segundo outros critérios que combinam e sobrepõem algumas das formas do modelo disciplinante-repressivo com o modelo administrativo-científico. Ainda que fosse de interesse central a análise do primeiro momento dos estudos acerca das populações urbanas, o esforço aqui será de concentrar-me no segundo momento, em que os reformadores sociais cedem lugar aos especialistas. Não pretendo realizar isso porque esse momento marcaria os estudos “científicos” das cidades modernas, ainda que esses estudos reivindicuem para si esse estatuto. Mais do que uma análise acerca do progresso da razão no sentido de um tratamento mais objetivo e livre de preconceitos acerca do tema, o que me interessa é, sobretudo, realizar um breve percurso nas novas configurações da relação entre o tipo de conhecimento produzido e as tecnologias de intervenção social que são construídas nesse segundo momento.

Entre os países que são precursores dessa nova maneira de pensar as cidades, irei me concentrar nos autores da chamada Escola de Chicago, cuja linha de pesquisa, ainda que muito diferenciada internamente, ficou conhecida como a ecologia humana. Podemos encontrar nesses autores todas as características desse momento de emergência de uma análise moderna das cidades e suas populações. Em relação a todos os problemas relativos à coexistência densa da população, o tratamento em Chicago será realizado sobre as bases de um conhecimento acerca das variáveis que organizam as leis que regem a população. A ideia central da nascente sociologia e antropologia urbana baseia-se na possibilidade de encontrar uma ordem dentro da aparente desordem das populações urbanas.<sup>21</sup> Os diversos problemas que a convivência desse agregado humano no mesmo espaço produz

21 Id. (1991).

vão de questões de saúde pública, às formas de habitação, ao crime, à circulação dos habitantes e das mercadorias.

A organização dos espaços urbanos, as formas de relação entre os seus habitantes e a articulação entre o espaço e os habitantes são as questões centrais da Escola de Chicago. Consideradas como lugares da desordem, as cidades guardavam, contudo, um potencial de ordem a ser desenvolvido. Esse potencial seria portador de um impulso civilizatório importante que deveria ser cultivado e, para isso, a cidade deveria ser pensada e organizada de tal maneira que pudesse realizar as suas promessas emancipatórias. A ideia de fundo, portanto, era de uma ciência prática, capaz de iluminar a ordem escondida e ser capaz de conduzir as cidades e as populações urbanas em direção ao desenvolvimento de suas melhores potencialidades. Esses são os termos para a comparação de Topalov das práticas da ciência nascente com os reformadores utópicos:

Uma representação do progresso e do método prático que conduz e define as categorias fundamentais da análise científica. É toda a diferença e toda a semelhança entre a ciência progressista moderna e a utopia. Os cientistas, ao contrário dos utopistas, sabem que o social nasce do social e que a ação deve obedecer às leis da realidade que se pretendem permitir que ela seja modificada.<sup>22</sup>

É dessa maneira que alguns textos da chamada Escola de Chicago vão ser analisados. Agora, o que é esta “realidade” que procuram entender? Quais são as leis que comandam esta realidade? São estas questões que procurarei desenvolver.

\* \* \*

22 Id. *ibid.*, p. 30.



# A CIDADE COMO LABORATÓRIO

## a dupla natureza

Robert Ezra Park em seu texto “A cidade como um laboratório social” começa da seguinte maneira:

Descrevemos a cidade como o habitat natural do homem civilizado: é na cidade que são desenvolvidas a filosofia e a ciência, fazendo do homem não somente um animal racional, mas um animal sofisticado. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que é no meio urbano – em um mundo feito pelo homem – que este ascendeu pela primeira vez a uma vida intelectual e adquiriu as características que mais o distinguem dos animais de espécie inferior e do primitivo. A cidade e o ambiente urbano representam a tentativa a mais coerente e, de qualquer modo, e a mais bem-sucedida para transformar segundo nossos próprios desejos o mundo no qual vivemos. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo no qual doravante é obrigado a viver. Assim, indiretamente e sem ter claramente consciência da natureza de sua obra, ao criar a cidade, o homem se recria a si mesmo. É neste sentido e é em respeito a isto que se pode considerar a cidade como um laboratório social.<sup>23</sup>

Esse ponto de partida de Park é muito significativo para a compreensão de toda a forma pela qual a sua abordagem é construída. Em primeiro lugar, na definição de Park da cidade, encontramos um *meio* onde se desenvolve o Homem ou, como dirá em outros textos, a natureza humana. Meio aqui pensado como

---

23 Park (1929, p. 1, tradução livre).

espaço onde existe uma composição de diversos elementos que o constituem como um ambiente, e a natureza humana pensada como as características que fazem do Homem um animal diferenciado, capaz de produzir obras. A cidade seria o meio por excelência para que a natureza humana pudesse se desenvolver na plenitude de suas potencialidades e, portanto, o lugar ideal para a compreensão dessa natureza. De outro lado, Park também ressalta que o Homem não tem controle absoluto dessa sua grandiosa obra que é a cidade, sendo também obrigado a viver nesse *meio* que exerce influências sobre ele, recriando-o. Evidentemente, a recriação é vista como parte constitutiva das capacidades humanas, mas não se pode excluir também o sentido de recriação como a impossibilidade do controle absoluto dessa sua obra e, portanto, a produção de efeitos sobre o Homem. Esta é a importância da cidade: é um artefato produzido pelo homem que pode produzir o próprio homem, ou seja, a natureza humana cria e adapta-se ao meio urbano. Uma das fascinações que a cidade exerce sobre Park é, assim, esta imagem de um artefato que pode ser produzido pelo homem:

A aparição da cidade e da vida urbana são eventos recentes; o homem se formou e adquiriu a maior parte de suas características inerentes e hereditárias em um meio onde conduzia uma vida muito próxima dos animais de espécie inferior, sob a dependência direta da natureza (...) mas as possibilidades da vida humana se alargaram com o nascimento das comunidades urbanas (...). A nova ordem social, entretanto, é mais ou menos uma criação artificial, um artefato. Ela não é nem absoluta e nem sagrada, mas pragmática e experimental.<sup>24</sup>

É esta estrutura pragmática que trabalha, fabrica e organiza o meio urbano como um artefato que faz da cidade um laboratório de análise e, ao mesmo tempo, um campo de intervenção possível do homem sobre o homem. Esse é o sentido que Topalov assinalava acima como o elemento que aproximava e, ao mesmo tempo, distanciava as análises científicas das utopistas: de um lado compartilham do pressuposto de que o mundo social pode e deve ser objeto de um saber prático que permite descrever e analisar a realidade em relação com aquilo que se quer que ela se torne. Apesar disso, Park faz questão de marcar a diferença de seu método prático e experimental a partir de um novo estatuto profissional, diferente do trabalho benévolo ou filantrópico característico dos reformadores, considerados moralistas e não científicos. Esses profissionais são os especialistas das questões urbanas, e a sociologia urbana faz parte desse campo de produção de conhecimento. Esse novo profissional e seus instrumentos serão, assim, capazes de realizar de maneira mais

24 Id. *ibid.*, p. 5, tradução livre.

eficaz as promessas dos reformadores em relação às populações urbanas, ou seja, criar as condições de desenvolvimento do homem – mas sobre bases científicas e não morais. O objeto desses especialistas é o meio urbano, que, longe das determinações da natureza, é um artefato humano que pode e deve ser um campo de intervenções que produz efeitos sobre as populações urbanas.

Uma questão pode ter ficado no ar: se o homem produz o meio urbano e se esse é o lugar por excelência da realização das potencialidades humanas, por que essa intervenção no meio? Por que não devemos simplesmente deixar o Homem e sua obra se realizarem mutuamente? A cidade, segundo Park, é o lugar de uma existência mais longe da natureza e mais próxima de um horizonte civilizatório e, por isso mesmo, é o lar de todos os problemas que isso implica.<sup>25</sup> Essa consideração pode parecer paradoxal, por isso é necessário que continuemos seguindo de perto os textos de Park que podem ajudar a entender esta questão. A resposta, contudo, deve ser feita por partes, pois revela o coração de toda a construção teórica realizada por Park e seus colegas:

A cidade foi sempre uma fonte abundante de materiais clínicos para o estudo da natureza humana, porque ela sempre foi a fonte e o centro da transformação social. Em uma sociedade perfeitamente estável, onde o homem ascendeu a um completo equilíbrio biológico e social, temos poucas chances de ver surgir problemas sociais, e as inquietudes, os conflitos interiores, as ambições que estimulam a energia do homem civilizado e foram ao mesmo tempo um problema para ele mesmo e para a sociedade.<sup>26</sup>

Ao mesmo tempo em que a cidade é o lugar para a realização humana, ela provoca problemas; esta é a primeira chave para a compreensão da relação entre meio urbano e homem. De fato, trata-se da articulação entre os dois sentidos da relação entre meio e natureza humana expostos acima, que se desdobram nos dois sentidos da famosa expressão da cidade como laboratório: em primeiro lugar, a relação entre o Homem e seu meio, que em virtualidade poderia conduzir à realização de suas potencialidades, não se constitui como um caminho necessário. É por isso que, então, o meio urbano deve ser produzido na direção em que esse potencial possa ser desenvolvido.

São então os mesmos processos que fazem do homem um animal com potencialidades distintas que produzem os problemas no meio urbano. Os problemas referentes às populações das cidades são concomitantes com a abertura para o desenvolvimento das potencialidades do homem. Será então importante

25 Id. (1952).

26 Id. (1929, p. 7, tradução livre).

trabalhar sempre a partir de uma relação móvel e problemática, na qual se procura a realização da natureza do homem, e, ao mesmo tempo, ao fazê-la, será preciso identificar o que pode limitá-la ou destruí-la. Trata-se de um duplo sentido de natureza: a natureza é constitutiva do homem ao mesmo tempo em que deve ser produzida. Ao mesmo tempo em que “é”, também “deve ser”, esta parece ser a chave da questão paradoxal: o homem tem uma dupla natureza – daí a necessidade da cidade, sua morada, ser um laboratório.

## CIDADE, MERCADO E CIRCULAÇÃO

É chegada a hora, então, de compreender a que se refere essa transformação ou quais são os processos que conduzem o homem a estar mais próximo de *sua* natureza. Também como essa natureza produz os problemas do meio urbano que, a partir de métodos científicos, devem ser objeto de uma compreensão com vistas a realização de suas capacidades. Esta transformação está diretamente ligada ao mercado e à economia monetária. É de Simmel, mestre de Park, a famosa frase de que “a metrópole sempre foi a sede da economia monetária”.<sup>27</sup> A principal característica das grandes cidades é a sua relação com o dinheiro, esta é a articulação fundamental para Simmel pensar o fenômeno urbano, ao ponto de seu texto mais célebre sobre a cidade ser pensado no interior de sua proposta de uma filosofia do dinheiro.<sup>28</sup> É sobre o signo do dinheiro que é possível compreender todas as séries de transformações econômicas, sociais e políticas que mudaram a experiência humana que passou pela intensificação dos fluxos do mercado, a formação das indústrias e a modernidade nascente. Na emergência desse enorme conjunto de transformações operacionalizadas pela economia monetária, a cidade ocupa um papel central: espaço onde se realizam mudanças da estrutura material de produção, circulação e consumo, lar da expressividade dos novos traços constitutivos das interações entre seus habitantes, lugar de uma nova ordem moral, jurídica e política.

O ponto de partida e o conceito central para a compreensão dessas transformações sociais, econômicas e políticas, cujo centro a cidade ocupa, é a circulação. Em Simmel, tanto a relação entre proximidade e distância, centro da sociabilidade propriamente urbana, como a intensificação dos estímulos nervosos, elemento básico da compreensão do tipo psíquico do homem metropolitano, estão relacionados à circulação da economia monetária. A circulação é um elemento-chave da economia monetária, pois permite as trocas de mercadorias, organiza os deslocamentos de pessoas no espaço urbano e está no centro da maneira pela qual os contatos entre os habitantes da cidade são realizados. Influenciada por esta

27 Simmel (2005, p. 591).

28 “O conteúdo dessa conferência, por sua própria natureza, não remonta a uma literatura própria. A fundamentação e apresentação de suas principais ideias histórico-culturais é dada pela minha *Philosophie des Geldes*” (id. *ibid.*, p. 591).



perspectiva, a ciência pragmática e experimental de Park e seus colegas mobiliza todo um investimento na compreensão de como as circulações se fazem no meio urbano, pensando quais seriam as circulações que produziriam um efeito social organizador ou desorganizador e, virtualmente, sobre esse estado de circulação constante, como distinguir os perigos iminentes dos benefícios que esta pode produzir. Dito de outra maneira: a circulação, induzida pela economia monetária, é o impulso que orienta o meio urbano para a incerta realização das potencialidades humanas. Quando Park cita um provérbio alemão que se refere ao ar livre das cidades, trata-se da livre circulação das cidades modernas em contraposição à cidade antiga.

A cidade antiga era principalmente uma fortaleza, um lugar de refúgio em tempo de guerra. A cidade moderna, pelo contrário, é principalmente uma convivência de comércio, e deve a sua existência à praça do mercado em volta da qual foi erigida. A competição industrial e a divisão do trabalho, que provavelmente mais fizeram pelo desenvolvimento dos poderes latentes da humanidade, somente são possíveis sob a condição da existência de mercados, dinheiro e outros expedientes para facilitar os negócios e o comércio.

Um velho adágio alemão reza que o “o ar da cidade liberta o homem” (Stadtluft macht frei).<sup>29</sup>

De fato, existe, classicamente, nos estudos urbanos em geral, uma convergência entre os fenômenos urbanos, o mercado e a circulação. A cidade antiga a qual se refere Park era caracterizada por uma especificidade jurídica e administrativa que a isolava do resto de um território marcadamente rural. Espacialmente, as cidades se apresentavam como um espaço murado com uma população muito adensada e diferenciada econômica e socialmente do campo. Com o crescimento do comércio e, posteriormente, da demografia urbana, colocava-se o problema do adensamento cerrado na parte interior desses muros. Surge o problema da realização do comércio entre a cidade e seu entorno mais imediato e também o seu entorno mais distante, portanto, pela necessidade de romper os bloqueios que esse enclave provocava. Trata-se de um desbloqueio econômico, jurídico, administrativo e espacial da cidade antiga. Os problemas postos por esta necessidade de desbloqueio das cidades é o que detona uma inversão na posição que a cidade ocupa dentro dos dispositivos de poder que organizam sua forma de governo: as cidades passam de uma posição marginal em relação às grandes organizações e mecanismos territoriais do poder medieval para a posição central

29 Park ([1925] 1984, p. 12, tradução livre).

na transformação desses mecanismos, passam a ser o grande lugar de mecanismos novos de poder que irão responder a problemas que anteriormente não se colocavam senão de maneira marginal.<sup>30</sup>

Nesta nova mecânica do poder, a circulação ocupa, como posto anteriormente, o ponto de partida e conceito central. Para responder aos problemas que a necessidade do desbloqueio das cidades exigia, a circulação em um sentido amplo foi imperativa: como deslocamento, troca, contato, como forma de dispersão e distribuição e, sobretudo, na maneira de pensar como as coisas e pessoas devem circular ou não. Os problemas específicos ligados à circulação são conhecidos e não merecem ser desenvolvidos com mais detalhes: em primeiro lugar, evidentemente, a garantia do comércio; em segundo lugar, o arejamento para eliminar todos os lugares onde se concentravam as contaminações que causavam a morte das populações adensadas; em terceiro, a rede de ruas que se ligava às estradas externas que permitiam as mercadorias chegarem e serem enviadas; em quarto, a vigilância das populações flutuantes cujo afluxo tinha aumentado com a intensificação dos mercados.<sup>31</sup> A cidade moderna teria, assim, como característica principal a facilitação e proteção da livre circulação de pessoas e mercadorias.

O mercado e a cidade seriam os lugares onde a circulação produziria efeitos desejáveis e indesejáveis, mas, de toda maneira, é a escala urbana que deve ser pensada para que a natureza humana possa se realizar. Consequentemente, se a escala urbana (o meio urbano) é esse lugar dos fluxos de circulação que o mercado induz, o impulso principal da natureza humana que produz esse meio é a troca, como veremos na parte a seguir. A propriedade fixa e estável que caracterizava o restrito mercado medieval seria apenas um prelúdio para a intensa circulação imposta pela maior velocidade dos fluxos monetários, sendo exatamente esta intensificação da troca desse impulso da natureza humana, aquele capaz de libertar o homem das velhas lealdades medievais. A cidade, por sua vez, seria o grande palco desse processo que liberta o homem, o meio por onde esses fluxos monetários passam e produzem as novas liberdades. Mas que não se pense que esta liberdade poderia funcionar sem o seu inverso, a proteção e a segurança. São essas as duas condições necessárias para seu “bom funcionamento”.

## SIMMEL E PARK

Podemos aproximar e separar Simmel e Park, mestre e aluno, na forma pela qual ambos tratam os fenômenos do mercado e sua influência na constituição da humanidade econômica que é a sociedade moderna. Primeiro, o mestre. Para Simmel, como foi dito, as grandes cidades como sedes da economia monetária

30 Foucault (2008a).

31 Le Goff (1998).

são os lugares onde a multiplicidade, a concentração e a velocidade das trocas atingem patamares tais que a relação indivíduo/sociedade é redefinida. Esta redefinição é realizada por partes, em momentos históricos distintos, através de impulsos diferentes, com princípios e características que se opõem e combinam ao mesmo tempo.

O século XVIII encontrou o indivíduo em ligações violentadoras, que se tornaram sem sentido, de tipo político e agrário, corporativo e religioso – limitações que coagiam os homens como que a uma forma não natural e a desigualdades há muito injustas. Nesta situação, surgiu o clamor por liberdade e igualdade – a crença na completa liberdade de movimento do indivíduo em todas as relações sociais e espirituais (...). Ao lado desse ideal do liberalismo cresceu no século XIX, por um lado por intermédio de Goethe e do Romantismo, por outro por meio da divisão econômica do trabalho, a ideia de que os indivíduos, libertos das ligações históricas, querem então também se distinguir uns dos outros. Agora o suporte de seu valor não é mais o “homem universal” em cada singular, mas sim precisamente a unicidade e incomparabilidade qualitativas. Na luta e nas escaramuças mútuas desses dois tipos de individualismo, a fim de determinar o papel dos sujeitos no interior da totalidade, transcorre a história interior e exterior de nossa época. A função das cidades grandes é fornecer o lugar para o conflito e para as tentativas de unificação dos dois, na medida em que as suas condições peculiares se nos revelam como oportunidades e estímulos para o desenvolvimento de ambas.<sup>32</sup>

Aqui se faz claro a distinção que Simmel processa entre o que chama individualismo quantitativo e individualismo qualitativo. O primeiro tipo de individualismo, estreitamente associado com o desenvolvimento da economia monetária, foi produzido pela libertação das lealdades feudais que ligavam o indivíduo antigo com a nobreza, o Estado e a Igreja. O individualismo quantitativo, portanto, é o produto da autonomia em relação a esses vínculos de dominação que impediam os indivíduos de serem iguais. Trata-se do individualismo ligado ao problema da igualdade, ou seja, o indivíduo como ser não dependente dos vínculos feudais, autônomo e livre. A relação desse tipo de individualismo com a economia monetária é claramente expressa na conhecida característica niveladora do

32 Simmel (2005, p. 589).

valor de troca: trata-se da referência ao que é comum, conversor de qualidades em quantidades, tendo em seu centro a realização calculável, previsível, objetiva e mensurável de todas as coisas e pessoas.

As relações de distinção, de extração nobre, são exatamente o oposto do nivelamento que o dinheiro produz, reduzindo as diferenças qualitativas da distinção de extração nobre em quantidades calculáveis a partir de uma equivalência produzida pelo valor de troca.<sup>33</sup> O correlativo desse nivelamento das qualidades pessoais em favor de uma equivalência dos membros da sociedade é a produção das leis e direitos universais e do homem universal.<sup>34</sup> Esse indivíduo abstrato, genérico e universal é produto do século XVIII, dos processos históricos cuja expressão maior se encontra na Revolução Francesa, mas também nos fisiocratas e contratualistas.<sup>35</sup> Resultante da mutação do ideal de homem e da construção de uma nova antropologia da natureza humana, esse novo ideal, do homem universal, realiza trocas econômicas e jurídicas: funda as novas bases jurídicas universais quando troca seus direitos e funda a economia de mercado quando troca bens.

Esse homem abstrato, genérico e universal, produto do nivelamento da economia monetária, é a expressão do que Simmel chama da tragédia da cultura. De outro lado, o ideal da cultura está relacionado ao individualismo qualitativo, que compreende este em suas diferenças com os outros, em sua unicidade e especificidade. Curioso que esse indivíduo, muitas vezes percebido como hostil ao nivelamento produzido pela economia monetária, mantém relações intensas com essa última, curioso também que quando se refira ao individualismo qualitativo menciona ao mesmo tempo Goethe, Nietzsche e a divisão do trabalho. Parece existir um duplo movimento que estabelece passagens entre recuo e pertencimento ou, mais exatamente, entre proximidade e distância do indivíduo frente ao mundo da economia monetária. O individualismo qualitativo pode se apresentar em Simmel na reserva ou no distanciamento em relação ao mundo da economia monetária: recuo para o desenvolvimento da personalidade única e para o cultivo de si no refúgio de sua interioridade. O tema das articulações conflitivas entre a cultura objetiva e subjetiva poderia ser pensado nesta chave, ou seja, na recusa do nivelamento da economia monetária em prol da exploração da interioridade.<sup>36</sup> Um segundo sentido poderia ser a busca da perfeição do indivíduo como valor objetivo, ou seja, o trabalho sobre si a partir de um enriquecimento de sua existência. Trata-se da procura de situações, acontecimentos, conhecimentos e obras cuja vontade se expressa em um sujeito ativo.<sup>37</sup> Finalmente, o terceiro sentido está ligado à divisão social do trabalho, ou seja, resultado da diferenciação produzida pela especialização

33 Id. (1998).

34 Id. (2006a).

35 Id. *ibid.*

36 Waizbort (2000).

37 Simmel (2006b).

decorrente da divisão do trabalho. Enquanto a produção é orientada ao consumo interno de uma comunidade específica ou enquanto as trocas se realizam no interior desse grupo, a circulação é restrita e as diferenças no processo produtivo são pequenas. Quando a produção começa a ser feita em direção ao exterior da comunidade, a circulação rapidamente ganha uma maior intensidade de fluxos, conduzindo a uma especialização dos papéis produtivos, portanto, a divisão do trabalho começa a ser posta em curso.

A economia liga e separa: ao unir, cria a autonomia e o nivelamento; ao separar, produz a diferença e a desigualdade. De fato, a autonomia e a independência só podem ser obtidas através da interdependência e diferenciação correspondentes a esse processo de especialização da divisão do trabalho. É por isso que essa mesma busca de uma diferenciação rumo à unicidade que exige um cultivo de si também é uma resultante, pelo menos como ponto de partida, da economia monetária e das relações quantitativas. Parece-me que a questão de Simmel é uma indagação acerca da possibilidade de constituição de um sujeito no interior da tragédia da cultura. Esse sujeito seria capaz de inaugurar uma nova forma de equivalência para além do nivelamento produzido pelo dinheiro e uma nova liberdade a partir da diferença?

Para entender essa aparente contradição, os dois tipos de individualismo não podem ser vistos como completamente opostos, e sim como conflitantes e complementares. O conceito de indivíduo de Simmel comporta estas duas dimensões e adquire aqui um caráter processual, que é ao mesmo tempo lógico e histórico. Para compreender isso, o elemento central que articula estas duas dimensões, mais uma vez, é a circulação, ou, antes, a mobilidade. Trata-se de um movimento de passagem da fixidez, da invariância e da estabilidade à mobilidade, à variação e à desestabilização. Do ponto de vista do desenvolvimento da economia monetária, a circulação do dinheiro e divisão do trabalho é o que produz, ao mesmo tempo, um meio comum de intercâmbio que equalizará as diferenças para a troca, ou seja, o dinheiro, e as diferenciações que a especialização da produção exige.

A doutrina da liberdade e da igualdade é o fundamento histórico-espiritual da livre concorrência; e a doutrina das diferentes personalidades é o fundamento da divisão do trabalho. O liberalismo do século XVIII põe o indivíduo sobre os seus próprios pés, e ele deve progredir à medida que se sustenta. A teoria afirmou que a constituição natural das coisas cuidaria para que a livre-concorrência entre os indivíduos levasse à harmonia de todos, que o todo se sairia melhor em uma situação em que os indivíduos buscassem vantagens sem qualquer parcimônia; esta foi a metafísica com a qual o otimismo natural do século XVIII justificaria a livre-concorrência. Com o individualismo do

ser outro, com o aprofundamento da individualidade que culminaria com a incomparabilidade tanto da essência quanto da realização para qual o indivíduo tem vocação, se encontrou também a metafísica da divisão do trabalho (...). As consequências da concorrência irrestrita e da unilateralização dos indivíduos pela divisão do trabalho para a cultura interior certamente não permitem dizer que elas sejam exatamente incrementadoras dessa cultura. Talvez haja, para além da forma econômica de cooperação destes dois grandes motivos sociológicos – os únicos até agora realizados – uma forma mais elevada, que representaria o ideal velado de nossa cultura. Prefiro crer, porém, que, com a ideia da personalidade puramente livre e de personalidade puramente singular, ainda não se disse a última palavra sobre a individualidade.<sup>38</sup>

A grande cidade como sede da economia monetária, da circulação do dinheiro e da mais alta divisão do trabalho é o palco onde esses dois tipos de individualismo se chocam e se completam a todo instante, é na cidade que o individualismo quantitativo “igual e livre” se encontra em relação e tensão com o individualismo qualitativo “diferente” e “único”. Esta tensão estaria longe de encontrar uma síntese, sendo Simmel muito cauteloso ao dizer que esses dois tipos de indivíduos são, ao mesmo tempo, o limiar entre a tragédia da cultura e o seu ideal. A cidade aproxima o homem universal e o indivíduo singular. Em Simmel a vida individual é a base do conflito entre indivíduo e sociedade, uma relação entre a demanda da sociedade de ser uma unidade orgânica, onde cada indivíduo emprega suas forças a serviço de um conjunto que o constitui, e o impulso individual de resistir a esta demanda, sem pensar apenas na utilidade que pode ter para a sociedade. Nesta tensão entre indivíduo e sociedade, Simmel propõe a perfeição do indivíduo como um valor objetivo e indiferente em relação ao seu significado para os outros, no máximo casual em relação a esse, e, de maneira ainda mais radical, Simmel sintetiza uma oposição entre o “social versus o humano”.

A sociedade – e seu representante no indivíduo, a consciência ético-social – exige incontáveis vezes uma especialização que, como foi salientado, deixa atrofiada ou destrói a totalidade do ser humano. No que tange ao seu conteúdo, ela se coloca como inimiga das qualidades que devem ser chamadas de universalmente humanas. (...) os valores da humanidade, que se medem com base em nos-

38 Id. (2006a, p. 117).

so maior ou menor interesse neste mundo ideal, tem uma relação somente acidental com os valores sociais – embora muitas vezes com eles se cruzem.

Por outro lado, as qualidades puramente pessoais – como força, beleza, profundidade de pensamento, grandeza de convicção, indulgência, distinção, coragem e pureza de coração – têm significados autônomos totalmente independentes de seus entrelaçamentos sociais. São valores do ser humano e, como tais, totalmente separados dos valores sociais, que sempre se baseiam nos efeitos dos indivíduos. Eles certamente são elementos do acontecer social, simultaneamente como efeitos e causas.<sup>39</sup>

Esse rápido percurso pretendeu indicar que em muitos pontos da construção da problemática Park se aproxima de Simmel. Ambos autores viveram em cidades que retinham de maneira muito particular as características do que se convencionou chamar de modernidade, em oposição à vida não urbana, sendo essas expressas em seus habitantes e nas relações que se constroem entre elas.<sup>40</sup> Do modo como foram descritas naquele momento, as características conflitantes dos habitantes das grandes cidades aproximam-se na oposição ao membro da pequena comunidade. As relações na pequena comunidade não comportam nem o indivíduo livre e igual, nem o diferente e singular descrito por Simmel: os seus habitantes estão presos aos vínculos de dependência pessoal e se relacionam por meio da dessimetria correspondente; de outro lado, são fixos em círculos de pertencimento restritos que não permitem o desenvolvimento de singularidades entre eles. Sobre esses pontos, ou seja, a oposição das características dos habitantes das cidades em relação ao mundo rural, os ensaios de Simmel acerca do urbano irão servir como inspiração para Park estabelecer os princípios de uma sociologia empírica da relação entre meio urbano e a natureza do homem. A ciência pragmática e experimental de Park usa o meio urbano como um plano de referência a partir do qual as categorias espaciais de Simmel possam tomar uma forma mais imediatamente visível no ambiente da cidade. Ao falar dos estudos realizados em Chicago, Park expõe isto muito claramente, quando evoca a imagem da cidade como laboratório, em um sentido muito preciso, a saber, a intervenção dos “serviços sociais”.

39 Id. *ibid.*, p. 88.

40 Parece haver entre ambos uma aproximação muito grande na compreensão do desenvolvimento de uma aceleração da mobilidade cujos traços já descritos intensificam a perda de uma integralidade ou unidade do homem: a aceleração dos fluxos monetários e a divisão do trabalho, o fenômeno populacional e os deslocamentos demográficos, a aceleração dos meios de comunicação de massa, a industrialização, enfim, todos os processos que conduzem a fazer da grande cidade o centro mais expressivo deste novo mundo que se desenhava frente a ambos, um em Berlim e o outro em Chicago. Tanto Berlim, que destruía todo o passado arquitetônico para construir prédios mais modernos, quanto Chicago, que em seu nascimento pretende ser um espelho do futuro, são cidades onde estes fenômenos são muito visíveis. Ver Waizbort (2000).

uma das mais importantes séries de estudos locais empreendidas pela Universidade de Chicago é aquela que comporta a delimitação e caracterização de todos os ares importantes da cidade. Este estudo é baseado sobre um postulado que um conhecimento mais completo dos lugares e das pessoas da cidade lançará uma nova luz sobre a extraordinária variação, segundo os diferentes ares urbanos, da quantidade e extensão dos abandonos, divórcios, atos de delinquência, crimes e outros testemunhos de desorganização social. Por lá, este estudo será útil a todo serviço social que procura se ocupar diretamente ou indiretamente destes problemas, mas, determinando com a maior precisão as condições pelas quais os experimentos sociais são efetivamente conduzidos, ela fará daqui em diante a cidade como um laboratório social.<sup>41</sup>

\* \* \*

---

41 Park (1929, p. 19, tradução livre).



# A ANÁLISE AMBIENTAL DE PARK

Ao trabalhar com a imagem da cidade como laboratório (ou, como vimos, como clínica), em todo caso, como meio para o estudo/intervenção da natureza humana, Park, ao mesmo tempo, se aproxima e se distancia de Simmel. De um lado se aproxima ao perceber, a partir do campo de experiências do homem urbano, um horizonte de expectativas aberto e indeterminado. De outro lado se distancia através de sua perspectiva de um estudo dos efeitos ambientais ausentes em Simmel. A cidade como laboratório parece comportar certa pragmática do estudo do homem que não faz parte da teoria do moderno de Simmel. O valor objetivo da perfeição do indivíduo independente de seu significado, efeito ou utilidade para o corpo social, que opõe o social ao humano, parece não ser equacionado por Park. Como laboratório, a cidade é um lugar onde toda a cadeia de efeitos das ações individuais deve ser examinada, decomposta, analisada. Trata-se de uma perspectiva que busca apoiar-se na natureza humana para a construção de um artefato que é a cidade. Park procura entender o funcionamento da natureza urbana através das cidades para, posteriormente, utilizar esses conhecimentos no aperfeiçoamento dessas qualidades naturais em proveito do corpo social como um todo. Onde Simmel vê uma tensão fundamental, aberta e indeterminada, Park examina e decompõe o funcionamento de uma natureza, igualmente aberta e indeterminada, mas que tem como horizonte ser um suporte para uma intervenção de tipo ambiental.

Através das ocasiões que ela oferece, em particular aos tipos humanos excepcionais ou anormais, uma grande cidade tende a estender e revelar publicamente de maneira massiva todos os traços e todas as características da natureza humana, ordinariamente obscurecidos e abafados nas comunidades menores. Em uma palavra, a cidade torna visível o bem e o mal na natureza humana, mas de

maneira excessiva. Este é o fato que, talvez mais que todos os outros, justifica a ideia segundo a qual a cidade é um laboratório ou uma clínica onde a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados facilmente e com proveito.<sup>42</sup>

A ciência pragmática e experimental de Park consegue se realizar como estudo do homem das cidades no momento em que os processos ligados ao desenvolvimento da sociedade urbana podem ser analisados a partir de uma perspectiva espacial. Ao tornar as características da natureza humana no meio urbano reconhecíveis espacialmente seria possível decompor, descrever e analisar esses fenômenos como em um laboratório.

Para isso, os modelos da biologia foram essenciais a Park. Com a ajuda desses modelos, foi possível pensar a distribuição espacial dos habitantes das cidades, portanto, pensar a relação entre sociedade e espaço ou entre as posições e deslocamentos dos indivíduos e as instituições urbanas. A relação entre a distribuição espacial de plantas no meio natural e do homem nas cidades à primeira vista pode parecer estranha. Contudo, o denominador comum dessa equação é o modelo dos estudos dos efeitos das distribuições espaciais de populações de seres vivos em um meio dado, herdado da ecologia.

A biologia e, em particular, a ecologia surgem para entender as formas pelas quais uma determinada população de espécies vivas se distribui espacialmente. Ao contrário da história natural, que se preocupava com a classificação dos seres vivos e depois com a análise das coerências funcionais dos organismos, a ecologia constrói seu campo de estudos nas relações constitutivas e reguladoras desses diferentes organismos com o meio, ou seja, os processos de distribuição, adaptação, mutações, eliminações etc.<sup>43</sup> Esses estudos sobre as populações de seres vivos e meio, e passagem da história natural à biologia serão aproveitados por Park na construção do modelo das distribuições das populações no meio urbano. Como em um laboratório, a análise pragmática e experimental do meio urbano permite a decomposição e a descrição dos processos de competição no espaço pelas posições privilegiadas através da dominância, da invasão, da sucessão das populações.

Não se trata, entretanto, de um determinismo biológico ou de um sistema normativo fechado. O determinismo biológico, que na época se apresentava através de teorias eugenistas, era um dos adversários de Park.<sup>44</sup> Tratava-se, mais precisamente, de uma *análise ambiental*, na qual o meio urbano tem o potencial de exercer influências sobre os comportamentos de indivíduos e grupos sociais. Mas essas influências não aparecem como uma norma que condicione a ação se-

42 Id. ([1925] 1984, p. 46, tradução livre).

43 Canguilhem (1985, especialmente o capítulo "Le vivante et son milieu").

44 Joseph e Grafmeyer (2004), Freitas (2002).

gundo um sentido preciso, um ideal normativo unívoco, e sim um campo mais ou menos aberto de práticas. Os aspectos considerados no meio urbano combinam múltiplas sequências causais que se entrecruzam: a geografia urbana, a economia da circulação dos fluxos monetários, as diversas formas de combinações culturais e sociais que formam a cidade etc.

Esses elementos do ambiente urbano produzem em seu conjunto uma situação de instabilidade que é a marca das cidades, dada a intensa mobilidade ou circulação própria ao meio urbano. Essa dinâmica do urbano como lugar de tensões abertas e instabilidades permanentes é a diferença específica que Park criou e que a sociologia urbana carrega, com maior ou menor grau de variação, como traço mais ou menos fundamental desde então: Para Park, como disciplina, o que deve ser objeto de estudo para a sociologia é o meio urbano, seus efeitos ambientais sobre o homem e a atuação criadora deste sobre o espaço.

\* \* \*

## O MOSAICO E A CRISE

É evidente que podem existir regularidades que permitem compreender algumas das tendências da variação desse meio aberto que são as cidade – a compreensão das diferentes formas através das quais essas combinações se realizam é o elemento-chave para os estudos de Park e seus colegas. O desenvolvimento diferencial que a competição pelo ambiente urbano comporta, resultante das diferenças dos indivíduos e grupos sociais entre si, torna difícil a previsão das tendências relativas aos comportamentos humanos. As diferentes maneiras através das quais os indivíduos podem se comportar não são dadas de forma uniforme como pensavam os teóricos de uma natureza humana baseada na universalidade e na igualdade dos homens. Mas, decompondo as possibilidades de combinações sociais, culturais, econômicas e territoriais, esses fenômenos podem ser analisados por meio de pequenas incursões nas diferentes partes que a cidade abriga em seu espaço. A imagem espacial célebre de Park para descrever esse meio aberto é a de um mosaico de pequenos mundos particulares que se tocam sem se interpenetrarem. É também através das diferentes formas de combinação de experiências que a circulação metropolitana proporciona que os comportamentos possam ser estudados. Como processo, é a segregação espacial que produz esses diferentes ares urbanos.

Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isto possibilita ao indivíduo passar rápida e facilmente de um meio moral a outro,

e encoraja a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos, mas de outras formas amplamente separados. (...) nem o criminoso, nem o defeituoso, nem o gênio têm na cidade pequena a mesma oportunidade de desenvolver sua disposição inata que invariavelmente encontra na cidade.<sup>45</sup>

A experiência humana, fascinante e perigosa de passagens entre esses diversos pequenos mundos, é a marca da instabilidade que conduz ao tema da crise em Park. A crise como um momento de desestabilização contínua é a condição perpétua da natureza humana aberta que se expressa nas cidades. A crise é esse fenômeno natural que detona uma circularidade de efeitos que contaminam e multiplicam os casos e ocorrências de desequilíbrios na cidade.<sup>46</sup> Evidentemente, esse efeito circular tem um impacto diferencial segundo cada um dos ares naturais, que por sua vez tem características distintas quanto ao tipo de combinações mobilizadas que a caracterizam. São estas características que vão estabelecer as adaptações, simbioses ou concorrências dos membros dos ares naturais da cidade.

O efeito do meio urbano é intensificar todos os efeitos de crise. O termo crise não deve ser entendido em um sentido violento. Está envolvido em qualquer distúrbio de hábito. (...) qualquer tensão de crise envolve três possíveis mudanças: maior adaptação, eficiência reduzida ou morte. Em termos biológicos, sobrevivência significa ajustamento bem-sucedido à crise, tipicamente acompanhado por uma modificação de estrutura.<sup>47</sup>

O laboratório social de Park pretende identificar, no mosaico de pequenos mundos que compõem os ares naturais da cidade, os lugares onde a crise produz seus efeitos mais indesejáveis e, assim, tentar modificar as séries causais que produzem esses efeitos sociais perigosos. Dessa forma, organizando as sequências circulares de efeitos do meio artificial (cidades) sobre o homem, a ciência do urbano conseguiria potencializar as qualidades positivas da natureza humana. Essas são as principais características da análise ambiental, que diferencia o pensamento de Park daquele de Simmel.

45 Park ([1925] 1984, p. 40-41, tradução livre).

46 Id. *ibid.* É nesse sentido que a Bolsa de Valores assume o lugar de um modelo sintético dessa natureza humana. Trata-se de um lugar de variações calculáveis de crise, onde as composições e recomposições de grupos são realizadas de maneira intensa. A crise, o cálculo de riscos e o controle desse jogo probabilístico incessante se realizam. O artefato urbano e o controle social são expostos em um grau máximo de clareza.

47 Park (*apud* THOMAS, 1912, p. 736, tradução livre).

\* \* \*

## ANÁLISE AMBIENTAL E CRIME

A análise ambiental de Park pode ser melhor considerada se tomamos um dos diversos domínios de pesquisa da universidade de Chicago e detalhamos os procedimentos, resultados, diagnósticos e prescrições que são decorrentes do tipo de pesquisa acerca das cidades. Serão expostos sumariamente aqui alguns dos estudos acerca do crime e da criminalidade conduzidos por membros da universidade que Park fazia parte e ajudou a desenvolver. Os estudos sobre o crime foram conduzidos desde o início da Universidade de Chicago, passando por muitas das gerações de pesquisadores que se sucederam. Não se pretende aqui realizar um levantamento exaustivo de todos esses estudos, mas sim expor as teses gerais de algumas das suas principais pesquisas e experiências de intervenção, a fim de situar a análise ambiental no que se refere especificamente ao fenômeno do crime.

Antes, contudo, no intuito de reconhecer o trabalho dos pesquisadores de Chicago de forma mais ampla que os textos de Park, recapitulando e aprofundando alguns dos pontos já discutidos, mas de forma específica para se pensar o crime.

Em primeiro lugar, a descrição e análise das características do fenômeno da população foram descritos de forma mais sistemática por Louis Wirth.<sup>48</sup> É em seu conhecido texto acerca do “fenômeno urbano como modo de vida” que estas características são mais claramente explicitadas. O tamanho, a densidade e a heterogeneidade da população urbana seriam as características populacionais que produziriam a dissolução dos laços comunitários na direção de um ambiente impessoal, racional e baseado na competição entre os seus membros. O modo de vida urbano, que combinaria distância e impessoalidade, tem aqui como conceito-chave a mobilidade populacional, princípio segundo o qual as três características básicas de tamanho, densidade e heterogeneidade poderiam ser entendidas.

Em segundo lugar, o crescimento das cidades e a distribuição espacial dos seus habitantes foi o tema sobre o qual se debruçou Ernest W. Burgess.<sup>49</sup> A partir da centralidade da zona dos negócios de Chicago (Loop), dos padrões de transporte, comunicações e da rede viária, o centro exerceria uma atração que organizaria as disputas pela terra urbana. A caracterização das diversas zonas seria organizada, dessa maneira, no célebre formato radial concêntrico. Esse mapa foi uma referência importante na tentativa de entender os processos de invasão e sucessão no uso da terra pelas populações móveis dos habitantes de Chicago.

Park foi o pesquisador com a formulação mais geral e sofisticada dos processos que organizariam a vida das populações no meio urbano a partir do seu

48 Wirth (1987).

49 Burgess ([1925] 1984).

conceito já citado de áreas naturais. A imagem de um mosaico de mundos que se tocam sem se interpenetrar apoia-se na teoria do moderno de Simmel, mas ganha efetivamente o caráter pragmático e experimental de um estudo da cidade como laboratório, apoiando-se na análise das características das populações urbanas de Wirth como também da sua distribuição espacial tal como proposta por Burgess.

Poderíamos dizer que esses três autores foram os responsáveis pelo assentamento das bases segundo as quais os estudos sobre o crime foram realizados naquele momento. Nem todos os estudos acerca do crime foram conduzidos, posteriormente, aos textos publicados pelos três autores, contudo, é a perspectiva geral das pesquisas que segue a organização dos efeitos das características populacionais e do ambiente urbano nos fenômenos relacionados ao crime. Isto é claro já nos dois livros precursores, *The unadjusted girl* de William I. Thomas e em *The hobo: the sociology of the homeless man* de Nels Anderson, alguns anos mais tarde no livro *The gang: a study of 1,313 gangs in Chicago* de Frederic Milton Thrasher e, finalmente, nos livros de Clifford Shaw *The Jack-Roller: a delinquent boy's own story* e *Juvenile delinquency and urban areas* com Henry D. McKay.

Nessas pesquisas sobre o crime é evidente a aproximação entre Park, Burgess e Wirth na construção da imagem de Chicago como laboratório socioambiental. O estudo de Frederic Thrasher sobre as gangues de Chicago é considerado como pioneiro pelo fato de estabelecer as relações entre a formação dos grupos de delinquentes e seus aspectos territoriais.<sup>50</sup> Alguns anos depois, Clifford Shaw e Henry McKay, considerados os principais representantes da criminologia de Chicago, seguiram esta mesma perspectiva espacial aberta por Thrasher ao trabalharem sobre as “high delinquency areas”.<sup>51</sup> Para Thrasher, o conceito considerado por ele mesmo como o mais significativo de sua pesquisa era o de interstícios. Isto em um duplo sentido: a gangue encontraria a sua posição nas fraturas da organização social e nas fissuras identificadas na cartografia urbana, onde seriam encontradas as diferentes zonas ecológicas da cidade. Shaw e McKay também relacionavam as áreas de delinquência às características particulares que conduziriam ao comportamento criminal. Nesses autores, como para Park, Burgess e Wirth, são as relações entre o meio e o homem ou entre as características populacionais e o ambiente urbano que deveriam ser consideradas centrais para o estudo das cidades, e, em relação ao fenômeno do crime, isso não seria diferente.

Os estudos sobre o crime se relacionavam de forma direta com o modelo radial concêntrico, pois a região dos interstícios ou as áreas delinquentes onde estas pesquisas foram conduzidas era exatamente a chamada zona de transição ou a zona II. Burgess considerava a zona II a mais problemática da cidade, com uma característica ambiental de deterioração.

50 Hannerz (1980).

51 Snodgrass (1997a).

Na zona de deterioração que circunda o setor comercial central, vamos sempre encontrar o que chamamos “slums” e as “bad lands” com suas regiões inundadas pela pobreza, degradação e doenças, e seu submundo de crime e vício.<sup>52</sup>

A zona II pode ser vista também como o lugar onde o mosaico de pequenos mundos que se tocam sem se interpenetrarem é mais visível, é área natural que comporta chinatown, little sicily, greecktown, o início do cinturão negro, enfim, os slums e guetos mais importantes da cidade. Uma grande parte das etnografias de Chicago foi realizada nesse lugar de grupos tão diferentes.<sup>53</sup> A partir da formulação mais geral de Park sobre as áreas naturais, a zona II foi um centro de especial interesse para as pesquisas etnográficas dadas as suas características populacionais específicas, sua posição no mapa e os fenômenos observáveis a partir dessa relação, especialmente o crime.

Para Thrasher, o ambiente mais propício ao desenvolvimento das gangues seria exatamente aquele encontrado na zona II, por apresentar uma deterioração das condições de vida e, ao mesmo tempo, ser um lugar de grande diversidade de grupos de diferentes origens. O ambiente da zona II combinaria esses dois fatores: uma composição populacional de diversas proveniências já distante das culturas tradicionais/rurais de origem e um meio urbano deteriorado que isolaria os jovens da “cultura dominante”. Como nem a família com seus costumes tradicionais e nem a cultura dominante excludente constituiriam um suporte adaptativo eficaz, a gangue, um grupo de valores e normas próprias, seria a solução de caráter comunitário para esse problema de adaptação ao meio urbano. Partindo dessa formulação de âmbito mais geral, Thrasher vai analisar de forma qualitativa, através de diversas fontes diferentes, 1.313 gangues, descrevendo a dinâmica social do funcionamento interno de normas e valores desses grupos a partir de suas atividades, como os esportes, as diversões, as brigas etc.<sup>54</sup> Nesse modelo, como consequência dos pressupostos teóricos e dos achados empíricos, as gangues podem ser consideradas os grupos mais bem-adaptados ao difícil meio que constitui a zona de transição. A gangue seria assim uma forma de interação social encontrada nos

52 Burgess ([1925] 1984, p. 54-55, tradução livre).

53 Praticamente todas as etnografias clássicas da chamada Escola de Chicago foram realizadas na zona II. Além dos estudos sobre o crime, podemos citar os outros estudos clássicos do hobo de Nels Anderson (1923), do gueto de Wirth (1928), da Gold Coast e o Slum de Zorbaugh (1929).

54 Partindo deste material, constrói então, em dois planos, um contínuo de desenvolvimento do fenômeno. Do ponto de vista individual, e a amostra de Thrasher vai de crianças a adultos, as práticas de pequenas infrações escolares podem facilmente conduzir ao gasterismo. A gangue, em sua maior parte constituída por adolescentes que cabulam aulas e roubam pequenas mercadorias no mercado do bairro, pode conduzir ao vandalismo, ao desrespeito às autoridades e, finalmente, à criminalidade mais estruturada que constitui o gasterismo. Trata-se da ideia da constituição de uma carreira criminosa. Do ponto de vista do grupo, este contínuo também poderia ser observado, no sentido de que as características organizacionais da gangue também podem ser pensadas em paralelo com as organizações criminosas mais estruturadas. Estes dois processos são níveis analíticos distintos que se relacionam através da articulação entre essas características populacionais e o ambiente urbano característicos da zona II. Ver Thrasher (1927).

interstícios da fraqueza de controle social do repertório cultural da comunidade de origem e do isolamento produzido pela chamada sociedade dominante.

O trabalho de Clifford Shaw e Henry McKay segue esta mesma direção, mas, contudo, de maneira ainda mais radical na análise dos fenômenos ambientais. Em uma pesquisa chamada *Juvenile delinquency and urban areas*, os autores utilizavam a teoria das zonas concêntricas de Burgess como base para desenvolver uma série de outros mapas detalhados acerca do fenômeno do crime, os spot maps, rate maps, radial maps e os zone maps.<sup>55</sup> A conclusão geral foi a confirmação das pesquisas anteriores: a zona II era o lugar que concentrava as maiores taxas de delinquência. Acrescentavam, contudo, que se tratava de um gradiente tendencial no qual a delinquência decrescia conforme se afastava do centro em direção aos subúrbios. Para interpretar esses dados, retomando o tema da crise em Park, caracterizam as áreas de delinquência como instáveis ou desorganizadas – curiosamente através justamente da constatação de uma estabilidade dos índices ligados à ocorrência de crimes, mesmo com a intensa mobilidade residencial característica da zona II.

De um lado, os autores constataavam que parte do que consideravam o problema da zona II provinha do processo de invasão pelo comércio e pela indústria provenientes do centro em uma zona originalmente residencial. De outro lado, não consideravam esse processo a causa da delinquência, mas sim os processos internos às populações residentes nesta localidade. À interpretação dos dados, então, seguia uma análise dos efeitos ambientais que poderiam ser isolados na compreensão da delinquência. A estabilidade dos índices ligados à ocorrência de crimes comprovava não se tratar de uma característica ligada à etnia, dada a já citada alta mobilidade residencial dos grupos sociais que se sucediam no espaço da zona II. Os autores concluíram, portanto, que as causas relacionadas aos indicadores criminais estariam relacionadas a outras características ambientais da zona, notadamente o comprometimento dos habitantes com o lugar. Visto como uma área temporária, os habitantes da zona de transição não constituíam laços com o lugar por considerarem o estatuto de sua residência temporário e, portanto, o suporte social local de proteção contra a delinquência não conseguia se estabilizar. É nesse espaço que a delinquência passa a encontrar o melhor ambiente para se desenvolver. Na medida em que a população residente não estabelecia o controle social sobre o espaço habitado, a delinquência crescia e se desenvolvia.<sup>56</sup>

\* \* \*

<sup>55</sup> Snodgrass (1997a).

<sup>56</sup> O seu sistema de valores e os seus códigos inclusive eram transmitidos segundo as gerações, mesmo fazendo parte de etnias diferentes, o que perpetuava o problema.



# REGIÃO MORAL E INTERVENÇÃO

Park já antecipava parte do diagnóstico de Shaw e McKay no que tange um controle social organizado a partir dos habitantes residentes em uma vizinhança. Se a organização da cidade como um todo foi considerada por Park, como já dito, como fundamentalmente estruturada através dos processos de competição, as áreas naturais seriam lugares onde as solidariedades seriam fortemente presentes e importantes para a organização socioambiental e o controle social. Esses lugares de solidariedade que se encontravam dentro dos ares naturais das cidades são as chamadas regiões morais. As regiões morais são lugares, ou seja, têm características espaciais, onde normalmente as pessoas se encontram no intuito de compartilharem algum traço pessoal comum.

A região moral – é inevitável que os indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão, quer sejam proporcionadas por corridas de cavalos ou pela ópera, devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares. O resultado disto é que, dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com os seus gostos e temperamentos. A distribuição de população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas.

Cada vizinhança, sob as influências que tendem a distribuir e a segregar as populações citadinas, pode assumir o caráter de uma “região moral”. Assim são, por exemplo, as zonas do vício encontradas na maioria das cidades. Uma região moral não é necessariamente um lugar de

domicílio. Pode ser apenas um ponto de encontro, um local de reunião.<sup>57</sup>

Como Park enfatiza repetidas vezes, a região moral não é necessariamente um lugar ligado à criminalidade ou anormalidade. Trata-se de um espaço onde um código moral divergente opera, sendo constitutivo da fragmentação da vida das cidades e a crise como condição do tempo presente. Somente a natureza humana aberta e indeterminada, constitutiva desses tempos de crise, possibilitaria o desenvolvimento de tantos códigos morais divergentes do meio urbano. Mas como no trecho citado acima, a cidade produziria em excesso o bem e o mal dessa natureza, e a gangue também constituiria regiões morais, sobretudo em áreas naturais como a zona II. Se a comunidade tradicional exercia um controle social mais estrito sobre os membros a ela pertencentes, os novos laços aos quais os habitantes das grandes cidades estão submetidos organizam o controle social de forma diferente. Os costumes perdem a sua força constitutiva e são substituídos pela lei positiva, o papel da família e da igreja se redefine, e a escola, a polícia e as “organizações” são as formas através das quais o controle social passa a ser exercido.

É a partir dessa concepção que os autores de Chicago publicaram diversas histórias de vida para a compreensão de certo perfil criminal. Clifford Shaw repertoriou centenas de histórias, cuja primeira e mais famosa foi Jack Roller,<sup>58</sup> depois publicou o livro *Brothers in crime*, um inventário de histórias de vida de diversas pessoas. Burgess chegou a declarar que a sociologia empírica americana foi popularizada no mundo todo através das monografias de Shaw.<sup>59</sup> A tentativa de Shaw era, ao mesmo tempo, entender a partir de um caso particular os efeitos do ambiente na conduta desviante e a exploração de uma subjetividade individual que conduziria a um comportamento social delinquente. A posição entre os efeitos coletivos ou individuais foi alvo de polêmica entre os comentadores de seu trabalho.<sup>60</sup> De toda maneira, seja em seus aspectos sociais ou psicológicos, tratava-se de saber quem era esse indivíduo cuja conduta delinquente manifesta deveria ser compreendida.

A Playground Association era uma dessas organizações, considerada como um modelo de boa atuação em ambientes degradados e no controle da delinquência juvenil porque tentava interferir justamente na escala das regiões morais. Ao constituírem-se enquanto regiões morais, as gangues exerceriam influências nas condutas dos seus membros maiores que a igreja, a escola, a família e outras instituições locais. Na proposta original da Playground Association, seu trabalho era basicamente a formação de condutas consideradas mais “saúdáveis”

57 Park ([1925] 1984, p. 43, tradução livre).

58 Shaw (1930).

59 Snodgrass (1997b).

60 Id. *ibid.*

para os jovens. Realizava uma atuação de tipo ambiental, em que a natureza do ser humano, aberta e indeterminada, poderia ser conduzida de forma a transformar o comportamento delinquente.<sup>61</sup> Concretamente, o playground, como espaço de lazer, deveria transformar as condutas consideradas impróprias para os adolescentes ao se constituir como um lugar permanente de associação entre jovens, sendo amparada por instituições como a igreja, a escola e outras associações locais. *“O grupo de jogos é certamente um dos mais importantes fatores na definição dos desejos e na formação do caráter do indivíduo médio”*.<sup>62</sup>

Thrasher concordava com Park sobre a necessidade de criar espaços de formação de adolescentes como maneira de transformação das condutas dos jovens de gangues. A pouca presença de instituições dessa natureza foi considerada um dos fatores da influência das gangues sobre o comportamento dos outros jovens. O que talvez seja uma grande inovação por parte de Thrasher foi incorporar membros das gangues nos programas desse tipo. Esta foi uma pista para a organização do Projeto da Área de Chicago (CAP) conduzido por Shaw, que tinha como centro a organização da comunidade através da mobilização de seus habitantes.<sup>63</sup> O comprometimento das populações que residiam nesses lugares deveria ser o fator central para a intervenção nas áreas de alta criminalidade.<sup>64</sup>

Através da ciência pragmática e experimental de Park, as áreas naturais foram pesquisadas, classificadas, documentadas e interpretadas de maneira detalhada. Na caso das áreas de alta criminalidade tais como os guetos e slums, que precisavam ser compreendidas através dos estudos das regiões morais, isso foi realizado através de uma combinação de descrições etnográficas de seu funcionamento interno e da construção de mapas que colocavam esses lugares em uma posição frente a cidade. A investigação desses locais deveria procurar compreender a natureza dos laços que ligavam as populações residentes. Em seguida, ao caracterizar os vínculos com a localidade, tinham em vista a análise das construções de uma certa região moral. Este mínimo denominador de solidariedade deveria, no caso de uma intervenção no ambiente, ser o centro da atuação das organizações e do Estado para a promoção das condutas que seriam consideradas benéficas ao

61 Park ([1925] 1984).

62 Id. *ibid.*, p. 111, tradução livre.

63 Freitas (2002).

64 A CAP começou como uma experiência localizada em pequena escala por uma organização privada e rapidamente se ampliou para três áreas de alta delinquência de Chicago, sendo depois utilizada como modelo em outras cidades dos EUA. Um trabalho de campo conduzido pelo Illinois Institute for Juvenile Research e o Behavior Research Fund forneceu as bases empíricas para a sua realização, sobretudo a pesquisa já citada de Shaw e McKay. Tratava-se da formação de conselhos de residentes locais para a implementação de toda uma série de atividades com vista a promover um ambiente regenerador a um espaço considerado degradado. As atividades, conduzidas por associações como a Boy's Club e a Young Men's Christian Association, incluíam camping, beisebol, futebol, basquete, boxe, filmes, pingue-pongue, piscina, bilhar, jogos de mesa, música, teatro, ofícios manuais, impressão de jornais e discussões em clubes. O fato mais inovador dessa iniciativa capitaneada por Shaw era que os conselheiros deveriam ser residentes locais, e os cargos de gerência e planejamento deveriam ser assumidos também pela população local. Existem muitos textos acerca dessa experiência de implementação do modelo ambiental dos pesquisadores de Chicago. Ver especialmente Snodgrass (1997a) e Kobrin (1997).

conjunto da cidade e, simultaneamente, limitadoras daquelas consideradas não compatíveis com a vida citadina urbana.

\* \* \*